

A. I. Nº - 206887.0021/12-5
AUTUADO - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE ITABERABA LTDA-COOPAITA
AUTUANTE - JOELSON ROCHA SANTANA
ORIGEM - INFAZ ITABERABA
INTERNET - 22/05/2014

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0056-06/14

EMENTA: ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. CONTRATAÇÃO DE TRANSPORTADOR AUTÔNOMO. OPERAÇÕES INTERESTADUAIS. FALTA DE RETENÇÃO DO IMPOSTO. A lei atribui ao contratante de serviço de transporte prestado por autônomo a condição de sujeito passivo por substituição, sendo o contratante inscrito na condição de contribuinte normal. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 25/03/2013, objetiva constituir crédito tributário no valor de R\$48.790,81, atribuindo ao sujeito passivo o cometimento da seguinte irregularidade concernente à legislação do ICMS:

INFRAÇÃO 1 – Deixou de proceder a retenção do ICMS de R\$48.790,81, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às prestações de serviços de transporte interestaduais e intermunicipais, efetuadas por autônomo ou empresa transportadora não inscrita neste Estado.

O autuado apresenta suas razões de defesa às fls. 41 a 42, trazendo em destaque os artigos de enquadramento da atuação em relação a sua responsabilidade como sujeito passivo por substituição tributária quanto aos termos da infração supostamente cometida.

Diz, então, que fica evidenciado no art. 380, inciso I, que a obrigação da retenção do imposto é devido apenas para transportadores autônomos ou contribuintes (transportadoras) fora do estado. Sendo assim não lhe compete fazer a retenção, haja vista que, o transporte da mercadoria relacionada no PAF foi efetuadas por uma transportadora da cidade, inscrita neste Estado.

Aduz que, conforme estabelece o RICMS-BA aprovado pelo Decreto nº 6.284/97 no seu artigo 382 inciso I, a responsabilidade de sujeito passivo por substituição é da transportadora que é a responsável pela contratação do veículo do transporte ou até mesmo os veículos que fazem parte da empresa.

Isto posto, entende não ser sua a responsabilidade pela substituição tributária, mas da empresa contratante conforme contrato firmado entre as partes, o que diz ter anexado no PAF, ao tempo que solicita a nulidade do auto de infração em epígrafe.

O autuante presta Informação Fiscal à fl. 45 dizendo que, em cumprimento a ordem de serviço nº. 511379/12, procedeu a verificação Fiscal da substituição tributária, observando que o contribuinte deixou de proceder a retenção do ICMS com valor histórico reclamado de R\$ 48.790,81, tudo conforme demonstrativos à fls. 4/7 dos autos.

Diz que o contribuinte na sua defesa apenas cita e transcreve o RICMS não fazendo prova de quem fez o recolhimento do ICMS sobre o frete destacado nas notas fiscais emitidas por ele, ressaltando que em todas as notas fiscais emitidas figurava como transportador proprietários de veículos com destaque de CPF. Assim sendo, mantém os termos do Auto de Infração por entender ser de inteira Justiça.

Em sessão suplementar do dia 29/08/2013 (fl. 49), a 4ª JF decidiu converter o presente processo em diligência ao Fiscal Autuante para que fossem adotadas as seguintes providências:

- “acostar aos autos cópias das Notas Fiscais relacionadas às mercadorias transportadas, constante do demonstrativo às fls. 4 a 7 dos autos, que dão fundamento a infração, ou qualquer outra documentação que julgue satisfatório, para comprovar que efetivamente as mercadorias foram transportadas por autônomos ou empresas não inscrita no Estado, tendo em vista o cumprimento do princípio da busca pela verdade dos fatos, intrínseco do processo administrativo fiscal, a fim de que o curso das ações processuais siga sem intercorrências ou anormalidades”.
- “cientificar o autuado do resultado da diligência, já que serão aduzidos fatos novos, conforme depreende os termos do § 7º do art. 127 do RPAF/BA, c/c § 1º, do art. 18, do mesmo diploma legal, com a indicação de 10 (dez) dias para se manifestar, querendo”.

Em cumprimento ao pedido de diligência solicitado, o Fiscal autuante junta às fls. 52/62 dos autos cópia do livro Registro de Saídas, que diz comprovar o transporte das mercadorias sem o recolhimento do ICMS sobre o frete devido.

A repartição fiscal de circunscrição do autuado, INFAZ Itaberaba, à fl. 67 intimou o defendente para dar ciência do resultado da diligência, para querendo se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, com cópia das notas fiscais relacionadas na Planilha às fls. 68 a 71 dos autos, conforme os recibos de encaminhamentos pelos Correios, através de AR (fls. 72/75), todos com assinatura de recebimento por pessoas autorizadas. Entretanto, o autuado se manteve silente.

Em nova sessão suplementar do dia 19/12/2013 (fl. 79), a 4ª JF deliberou pela conversão do presente processo em nova diligência ao Fiscal Autuante para atender a seguinte solicitação:

- “intimar a empresa autuada a apresentar as Notas Fiscais, referentes às mercadorias transportadas, constante do demonstrativo às fls. 4/7 dos autos, que dão fundamento a infração, acostando aos autos”.
- “com a juntada das Notas Fiscais, cientificar o órgão competente da INFAZ para que os autos sejam devolvidos ao CONSEF para julgamento”.

À fl. 81 dos autos o Fiscal autuante, diz que intimou a empresa autuada a apresentar as notas fiscais referente às mercadorias transportadas, constantes dos demonstrativos que deram fundamento a ação fiscal, anexando às fls. 82 à 703 dos autos.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir o valor de R\$48.790,81 de ICMS, não recolhido no prazo regulamentar, por conta de ter deixado de proceder a retenção do ICMS, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às prestações de serviços de transporte interestaduais, efetuadas por autônomo ou empresa transportadora não inscrita neste Estado.

O sujeito passivo apresenta suas razões de defesa alegando que a obrigação da retenção do imposto é devido apenas para transportadores autônomos ou contribuintes (transportadoras) de fora do Estado. Sendo assim diz que não lhe competia fazer a retenção, haja vista que os transportes das mercadorias relacionadas no PAF foram efetuados por uma transportadora da cidade inscrita no Estado.

Instado a apresentar as Notas Fiscais, referentes às mercadorias transportadas, constante do demonstrativo às fls. 4/7 dos autos, que dão fundamento a autuação objeto da presente lide, vê-se claramente, com os documentos acostados às fls. 82 a 702 dos autos, que de fato os serviços de transporte foram efetuados por autônomos, onde à luz das disposições do art. 380, I, “a”, do RICMS/BA, aprovado pelo Decreto nº 6.284, de 14/03/1997 e alterações, vigente à época dos fatos, o remetente ou alienante das mercadorias, inscrito na condição de contribuinte normal ou especial no cadastro de Contribuinte do Estado da Bahia, contratante do serviço de transporte, que é o caso objeto em análise, é o responsável pelo lançamento e recolhimento do ICMS sobre tais serviços, na condição de sujeito passivo por substituição, devendo efetuar a retenção do imposto, quando esses serviços são prestados por autônomos ou empresa transportadora não inscrita neste

Estado, conforme se extrai da leitura do dispositivo citado, combinado com os termos do artigo 126, II e art. 62 do citado diploma legal, a seguir descritos:

Art. 380. São responsáveis pelo lançamento e recolhimento do ICMS, na condição de sujeitos passivos por substituição, devendo efetuar a retenção do imposto relativo às prestações de serviços interestaduais e intermunicipais de transporte:

I - sendo o serviço prestado por autônomo ou por empresa transportadora não inscrita neste Estado (Conv. ICMS 25/90):

Art. 126. O imposto a ser recolhido pelo responsável em decorrência de substituição tributária por antecipação será pago:

II - relativamente às prestações de serviços de transporte em que seja atribuída a terceiro a responsabilidade pela retenção do imposto, até o dia 15 do mês subsequente ao das prestações;

Art. 62. Nas prestações de serviços de transporte em que seja atribuída a terceiro a responsabilidade pelo pagamento do imposto, nas hipóteses do art. 380, a base de cálculo do imposto a ser retido pelo responsável por substituição é o valor efetivamente contratado, consignado no documento fiscal, que prevalecerá inclusive em relação ao constante em pauta fiscal, sem prejuízo da dedução do crédito presumido, quando prevista.

Parágrafo único. Sendo o preço do serviço fixado por órgão público competente, a base de cálculo do imposto, para fins de substituição tributária, é o referido preço por ele estabelecido.

Comprovado que efetivamente o serviço foi prestado por autônomos, com a juntada dos documentos às fls. 82 a 702 dos autos, sem tampouco o defendente apresentar mais nenhum argumento de defesa sobre os termos da autuação, entendo caracterizada a infração, uma vez que a lei atribui ao contratante de serviço de transporte prestado por autônomo a condição de sujeito passivo por substituição, sendo o contratante inscrito na condição de contribuinte normal, que é o caso objeto em análise.

Por todo o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração em tela.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206887.0021/12-5**, lavrado contra **COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE ITABERABA LTDA - COOPAITA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$48.790,81**, acrescido da multa de 60% previstas no art. 42, II, “e”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 13 de maio de 2014.

ALVARO BARRETO VIEIRA – PRESIDENTE

JOÃO VICENTE COSTA NETO – RELATOR